

República
Fidelidade
Solidariedade

Voto de Protesto

INCUMPRIMENTO DO GOVERNO DA REPÚBLICA DAS SUAS OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA COM A UNIVERSIDADE DOS AÇORES

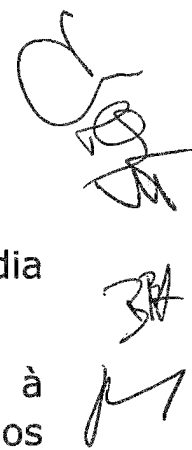
O incumprimento, por parte do Governo da República, da sua parte no Plano de Recuperação Financeira da Universidade dos Açores, revela um inaceitável desprezo do governo socialista para com a Academia Açoriana.

Este incumprimento do acordo, realizado em 2012, entre a nossa Universidade e o anterior Governo de Portugal, está a causar graves dificuldades financeiras à UAc, agravadas pelas sucessivas alterações legislativas, geradoras de despesa, a que todo o ensino superior público nacional tem estado a ser sujeito, e que ainda se irão acentuar de forma mais marcada, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Graças aos incumprimentos e determinações do actual Governo da República, a Universidade dos Açores passou de uma situação de défice zero, para orçamentos deficitários, sem que haja, por parte do Governo Regional dos Açores, uma qualquer tomada pública de posição em defesa da Academia Açoriana.

Esperava-se que o Governo Regional fosse capaz de assumir uma posição mais firme e determinada na salvaguarda dos interesses e estabilidade da nossa Universidade.

O actual Governo da República, conduziu o ensino superior a um sub-financiamento de elevada dimensão, encontrando-



se o financiamento por aluno, claramente abaixo da média da OCDE.

Esta situação, leva à degradação das instalações, à obsolescência tecnológica e à diminuição da qualidade dos serviços prestados.

A Universidade dos Açores, tal como todas as restantes do país, tem sido muito castigada por esta e outras situações.

Não se pode continuar a pedir às famílias que continuem a suportar a fatia do financiamento que o Estado falha em assegurar, em virtude das dificuldades que as próprias famílias têm de enfrentar.

Quando o Estado não cumpre as suas obrigações e os seus compromissos, as pessoas e as instituições deixam de acreditar.

No caso do Ensino Superior, a aplicação do Contrato com a Legislatura que o Governo da República assinou em 2016 com todas as universidades e institutos politécnicos (e portanto, também com a Universidade dos Açores), o Governo da República comprometeu-se a transferir as verbas necessárias para cobrir o aumento de todas as despesas que decorressem de alterações legislativas.

No entanto, tal compromisso não foi cumprido, sucedendo-se as medidas legislativas a um ritmo sem precedentes, sem que haja o estudo dos respectivos impactos financeiros, possibilidade de implementação ou o reforço dos orçamentos das universidades e institutos politécnicos.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 determinou o pagamento das valorizações remuneratórias ao pessoal de carreira, incluindo docentes, investigadores e trabalhadores não docentes e não investigadores.

Acontece que, desrespeitando os termos do referido contrato, o Governo da República só transferiu para as

universidades cerca de 40% da verba necessária para fazer face a tais obrigações.

A Universidade dos Açores ficou em grandes dificuldades.

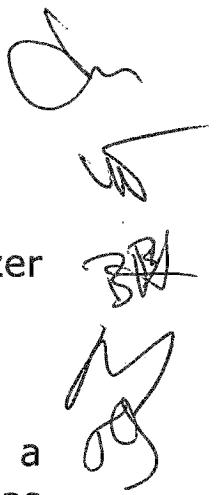
Mesmo assim, no final do ano e com verbas próprias, a Universidade dos Açores procedeu à regularização de todas as valorizações remuneratórias, mas tal só foi possível, tal como assumido pelo Reitor, no seu discurso proferido aquando da cerimónia comemorativa do 43º aniversário da nossa Academia, porque os 150 mil euros que a instituição tinha disponíveis para pagar ao Estado a última prestação do empréstimo contraído em 2012, foram utilizados para pagar aos trabalhadores da Universidade aquilo que lhes era devido.

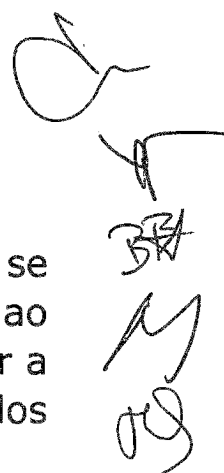
Devido à falta de financiamento do Governo da República, a Universidade dos Açores teve de optar por ficar a dever ao Estado, o mesmo que o Estado ficou a dever à Universidade, por falta do financiamento a que estava obrigado pelos acordos assinados e não cumpridos.

Para além disso, e pelo segundo ano consecutivo, o Governo da República não suportou o saldo da dívida do empréstimo de 2012, tal como constava do acordo assinado pela Universidade dos Açores, com o Estado, na anterior legislatura.

No que à Universidade dos Açores diz respeito, o actual Governo da República não se comporta como "pessoa de bem".

Acrescentando a tudo o que já foi referido, e por força das alterações legislativas realizadas no ano passado, a UAc apresenta, logo à partida, um orçamento para 2019 deficitário em cerca de 800 mil euros, precisando de uma receita extraordinária de 260 mil euros para dar continuidade ao processo de pagamento das valorizações remuneratórias;





de 180 mil euros para contratar os investigadores que já se encontram abrangidos pelo programa de estímulo ao emprego científico; e mais de 350 mil euros para garantir a aplicação do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública.

Tudo despesas decorrentes de alterações legislativas, sem o respectivo acompanhamento ao nível do financiamento por parte do Governo da República.

Mas infelizmente não é tudo. A Lei do Orçamento de Estado para 2019 obriga ainda a UAc a pagar um subsídio de insularidade aos seus trabalhadores, bem como ao pagamento de retroactivos a 2018 aos trabalhadores que tenham considerado a sua mobilidade em 2017.

Tudo medidas justas, mas todas sem o reforço orçamental correspondente, o que deixa a Universidade dos Açores numa situação de estrangulamento financeiro grave.

Como se tudo isto já não bastasse, o Orçamento de Estado para 2019 vem ainda reduzir as receitas próprias das instituições de ensino superior, determinando a redução progressiva das propinas, sem explicar como vai equilibrar os respectivos orçamentos; ou ainda através da obrigação imposta às referidas instituições, de transferirem para o Estado 20% das receitas obtidas através da cedência de instalações a entidades terceiras, receitas estas que, até à data, eram a única fonte de rendimento para se conseguir garantir a respectiva manutenção.

É assim que este Governo da República trata as universidades e institutos politécnicos, sabendo que estas são as únicas entidades da administração pública cujas transferências do Orçamento de Estado não cobrem a totalidade dos encargos com o pessoal de carreira.

A Universidade dos Açores não é exceção, com as agravantes já referidas relativas ao incumprimento dos acordos assinados.

Exige-se ao Governo da República que cumpra os acordos que assina.

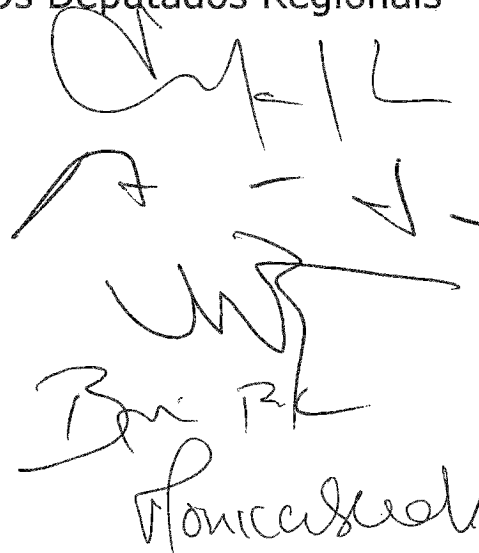
Exige-se ao Governo Regional e a esta Assembleia que lutem e defendam os interesses dos Açores e da sua Universidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto contra o Governo da República, pelo incumprimento das suas obrigações de financiamento para com a Universidade dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Governo da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos líderes parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República e à Universidade dos Açores.

Horta, 16 de janeiro de 2019

Os Deputados Regionais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 189	Proc. n.º 27.12
Data: 019/01/17	N.º 8/17